

PERFIL DE POLICIAIS COM DOENÇAS PSICOLÓGICAS NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: CAUSAS, IMPACTOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

THE PERFIL IN THE POLICE OFFICERS WITH PSYCHOLOGICAL DISORDERS IN THE POLICIA MILITAR DO AMAZONAS: CAUSES, IMPACTS, AND INTERVENTION STRATEGIES

Antonia Joélia Cassimiro Amarante Freitas¹

Denison Melo de Aguiar²

Flávio Humberto Pascarelli Lopes³

Bruno Patrício de Azevedo Campos⁴

RESUMO: O presente estudo analisa o adoecimento psicológico entre policiais militares da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), fenômeno que se configura como um problema multifatorial e de relevância crescente no campo da saúde ocupacional. A atividade policial, marcada pela exposição contínua à violência, ao risco e à tomada de decisões críticas sob pressão, contribui para o desenvolvimento de transtornos como ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e síndrome de *burnout*. Além dos fatores ocupacionais, elementos institucionais como a rigidez hierárquica, o estigma em torno da vulnerabilidade psíquica e a ausência de políticas eficazes de cuidado psicológico intensificam o quadro de fragilidade emocional. No contexto amazônico, as adversidades geográficas, os longos deslocamentos fluviais e a precariedade da infraestrutura ampliam o estresse ocupacional e reduzem o acesso a suporte especializado. Soma-se a isso a vulnerabilidade socioeconômica, marcada pelo endividamento e pela instabilidade financeira, que atua como gatilho psicossocial contínuo. Os impactos do adoecimento transcendem o indivíduo, afetando a operacionalidade da tropa, a legitimidade institucional e a qualidade da segurança pública. O estudo propõe estratégias de intervenção e prevenção fundamentadas em evidências científicas, como a atuação do Centro de Psicologia (CPSI), a expansão da telepsicologia e programas de educação financeira, visando fortalecer a resiliência dos agentes e assegurar a eficácia da missão constitucional da corporação.

Palavras-chave: Polícia Militar. Saúde mental. Adoecimento psicológico. Saúde ocupacional. Amazonas.

¹Graduada em Administração de empresas pela Faculdades Cearense. Especialista em Direitos Humanos pela Focus. Graduanda em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas. Cadete do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas.

² Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

³ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

⁴ Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM.

ABSTRACT: The present study analyzes the psychological illness among military police officers of the Polícia Militar do Amazonas (PMAM), a phenomenon that constitutes a multifactorial problem of growing relevance in the field of occupational health. Police activity, marked by continuous exposure to violence, risk, and critical decision-making under pressure, contributes to the development of disorders such as anxiety, depression, post-traumatic stress, and burnout syndrome. In addition to occupational factors, institutional elements such as rigid hierarchy, the stigma surrounding psychological vulnerability, and the absence of effective policies for psychological care intensify the state of emotional fragility. In the Amazonian context, geographic adversities, long river journeys, and precarious infrastructure increase occupational stress and reduce access to specialized support. Added to this is socioeconomic vulnerability, characterized by indebtedness and financial instability, which acts as a continuous psychosocial trigger. The impacts of psychological illness transcend the individual, affecting troop operability, institutional legitimacy, and the quality of public security. The study proposes intervention and prevention strategies based on scientific evidence, such as the role of the Psychology Center (CPSI), the expansion of telepsychology, and financial education programs, aiming to strengthen officers' resilience and ensure the effectiveness of the corporation's constitutional mission.

Keywords: Military Police. Mental health. Psychological illness. Occupational health. Amazonas.

INTRODUÇÃO

O tema estudado aborda o complexo cenário de adoecimento psicológico na Polícia Militar do Amazonas (PMAM), destacando que a atividade policial impõe um desgaste emocional severo e contínuo. A rotina desses profissionais exige que o ser humano por trás da farda esteja constantemente exposto a situações de violência, ao enfrentamento do luto e à tomada de decisões críticas sob intensa pressão, fatores que contribuem para o desenvolvimento de transtornos mentais como ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e síndrome de burnout (SILVA; OLIVEIRA; SOUZA, 2020).

Além disso, a sobrecarga de trabalho, a ausência de políticas institucionais eficazes de cuidado psicológico e o estigma associado à busca por apoio emocional intensificam o quadro de vulnerabilidade desses agentes. Nesse sentido, compreender o adoecimento mental na corporação não se limita apenas a uma análise individual, mas envolve também a dimensão organizacional e social, uma vez que o sofrimento psíquico dos policiais repercute diretamente na qualidade do serviço prestado à sociedade e na manutenção da ordem pública (SILVA; OLIVEIRA; SOUZA, 2020).

Esse desgaste é agravado pela rigidez da estrutura hierárquica militar, que frequentemente dificulta a expressão de fragilidades emocionais e o acesso a mecanismos de suporte psicológico adequados. A cultura institucional, marcada pela disciplina e pela

valorização da força, tende a reforçar o estigma em torno da vulnerabilidade psíquica, levando muitos policiais a silenciar seus sofrimentos por receio de represálias ou de comprometer sua imagem profissional (DE OLIVEIRA; DOS SANTOS; DE AGUIAR, 2025).

No contexto amazônico, tais dificuldades são ainda mais intensificadas por condições estruturais específicas da região, como o isolamento geográfico, a precariedade da infraestrutura, os longos deslocamentos fluviais e o déficit de efetivo, fatores que ampliam significativamente o estresse ocupacional e reduzem as possibilidades de intervenção rápida em situações de crise. Esses elementos, somados, configuram um cenário de risco elevado para o adoecimento mental, exigindo políticas públicas e estratégias institucionais que considerem as particularidades regionais e a complexidade da atividade policial (DE OLIVEIRA; DOS SANTOS; DE AGUIAR, 2025).

Somam-se a esse quadro as vulnerabilidades socioeconômicas que atravessam a vida dos policiais militares, especialmente a instabilidade financeira e o endividamento decorrente de empréstimos consignados, prática comum entre servidores públicos. Tais condições funcionam como gatilhos de ansiedade e ampliam o risco de adoecimento psíquico, uma vez que a pressão econômica se soma às exigências emocionais e operacionais da atividade policial (SANTOS; LIMA; BARBOSA, 2023).

Como objeto de pesquisa, tem-se o adoecimento psicológico de policiais militares da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), fenômeno que se configura como um problema de raízes profundas e multifatoriais. Esse processo envolve não apenas a ocorrência, mas também o aumento progressivo de transtornos mentais decorrentes das exigências inerentes à atividade policial, tais como ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e síndrome de burnout (MARTINS; BARBOSA, 2026).

A natureza da função policial, marcada pela exposição constante a situações de risco, violência e tomada de decisões críticas sob pressão, contribui para a intensificação do sofrimento psíquico, que se manifesta tanto em nível individual quanto coletivo. (MACEDO, 2016).

O adoecimento mental dos policiais da PMAM configura um fenômeno de múltiplas causas originado tanto pela natureza intrínseca da profissão quanto por pressões estruturais e geográficas severas (DOS SANTOS SILVA, DE AGUIAR, 2025). No cenário amazônico, essas dificuldades são intensificadas pelo isolamento geográfico, pelas exaustivas jornadas de deslocamento fluvial e pela infraestrutura precária de muitos municípios, fatores que se somam à rigidez da hierarquia e da disciplina militar (DE OLIVEIRA, DOS SANTOS E DE

AGUIAR, 2025).

Ademais, a instabilidade financeira e o ciclo de endividamento decorrente de empréstimos consignados funcionam como gatilhos psicossociais contínuos, alimentando quadros de ansiedade e contribuindo para o esgotamento psíquico do efetivo (De Azevedo, Dos Santos Dantas e De Aguiar, 2025).

A justificativa para o presente estudo destaca a relevância de compreender o aumento das doenças psicológicas entre policiais militares da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), uma vez que tais condições impactam diretamente diferentes dimensões da corporação e da sociedade (LIMA, 2025).

Tendo como relevância acadêmica para a Academia de Polícia Militar um estudo vai além da revisão de currículos, pois representa o compromisso institucional com quem veste a farda. Ao repensar os treinamentos e as estruturas de apoio, a Academia deixa de apenas formar profissionais da segurança para fortalecer seres humanos (DE OLIVEIRA BERNARDES, POLARI, DE AGUIAR, 2026).

Já para a Polícia Militar do Amazonas (PMAM), a relevância do estudo reside na necessidade de prevenir prejuízos que afetam diretamente o desempenho profissional, a tomada de decisões estratégicas e o convívio social dos militares. O adoecimento psicológico compromete não apenas a capacidade individual de resposta em situações de risco, mas também a coesão e a eficiência coletiva da corporação, gerando impactos na segurança pública e na confiança social depositada na instituição (GOMES, ET AL, 2025).

4

Ademais, a relevância científica no âmbito do direito, relaciona-se à dignidade da pessoa humana (DE SOUZA MAGALHÃES, MIYADAIRA, DE AGUIAR, 2025), ao direito à saúde e ao dever estatal de garantir condições adequadas de trabalho, uma vez que a negligência à saúde mental do policial pode gerar violações de direitos e responsabilização jurídica do Estado.

O texto ressalta que o aumento de doenças psicológicas entre policiais militares possui grande relevância social, pois afeta diretamente o bem-estar do profissional e a qualidade da segurança pública, pois a verdadeira força da segurança pública não está apenas no braço forte, mas no equilíbrio emocional de cada agente. Para o policial militar, o tema promove o reconhecimento de seus direitos, o combate ao estigma, a valorização do cuidado psicológico e a melhoria da qualidade de vida e da carreira (DOS SANTOS; DE AGUIAR, 2025).

Assim sendo, o objetivo geral deste artigo concentra-se em estudar o crescente aumento de doenças psicológicas entre policiais da PMAM, identificando e examinando as principais

causas relacionadas às condições de trabalho, à exposição contínua à violência e às exigências institucionais, assim como avaliar os impactos desse adoecimento na saúde do policial, no desempenho profissional, nas relações interpessoais e na efetividade da segurança pública (DOS SANTOS SILVA, DE AGUIAR, 2025).

Outrossim, propor estratégias de intervenção e prevenção baseadas em evidências, voltadas à promoção da saúde mental, ao fortalecimento do apoio institucional e à melhoria das práticas de gestão e cuidado com o efetivo policial (DOS SANTOS SILVA, DE AGUIAR, 2025).

Os objetivos específicos são: 1. Identificar as principais causas do adoecimento psicológico entre os policiais da PMAM, considerando fatores ocupacionais, organizacionais, operacionais e psicossociais relacionados à atividade policial; 2. Dissertar sobre os impactos das doenças psicológicas na saúde física e mental do policial militar, no desempenho profissional, nas relações interpessoais, na disciplina institucional e na qualidade do serviço de segurança pública prestado à sociedade e 3. Propor estratégias de intervenção e prevenção, no âmbito institucional e intersetorial, que contribuam para a promoção da saúde mental, o acompanhamento psicológico contínuo, a redução de afastamentos e a melhoria da qualidade de vida e da atuação profissional.

5

A atividade do policial militar no Amazonas é marcada por situações difíceis e alto nível de pressão, o que tem favorecido o aumento de problemas psicológicos entre os profissionais. Diante desse contexto, surge um problema científico central em compreender os fatores que têm contribuído para o crescente adoecimento psicológico dos policiais militares no Amazonas, a forma como o adoecimento impacta a atuação policial, a instituição e a sociedade, como também apontar estratégias de intervenção podem ser adotadas para prevenir, minimizar e enfrentar esse problema (DE SENA PESSOA, DE AGUIAR, 2026).

Parte-se da hipótese de que o adoecimento psicológico dos policiais militares do Amazonas decorre da interação entre fatores ocupacionais de alta exigência emocional, condições institucionais rigidamente hierarquizadas e adversidades geográficas e socioestruturais próprias do contexto amazônico, o que tende a produzir impactos mensuráveis sobre o desempenho operacional, o comportamento profissional e a relação da PMAM com a sociedade (DOS SANTOS SILVA; DE AGUIAR, 2025).

Pressupõe-se, ainda, que a implementação sistemática de estratégias institucionais de prevenção e cuidado em saúde mental é capaz de reduzir a incidência do adoecimento

psicológico e mitigar seus efeitos individuais, organizacionais e sociais (DOS SANTOS SILVA; DE AGUIAR, 2025).

MÉTODOS

A metodologia adota uma abordagem qualitativa, por compreender que o adoecimento psicológico dos policiais da PMAM envolve dimensões objetivas, institucionais e territoriais e sociais que demandam interpretação aprofundada. Quanto à natureza, o estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo, buscando ampliar o conhecimento sobre o fenômeno no contexto amazônico e descrever os fatores associados ao adoecimento psicológico e seus impactos (LAKATOS; MARCONI, 1999).

Os procedimentos metodológicos consistem em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de produções científicas, legislações, normas institucionais e documentos oficiais relacionados à saúde mental, ao trabalho policial e às condições de atuação na Amazônia (LAKATOS; MARCONI, 1999).

A estrutura do artigo divide-se em três seções. A primeira analisa as principais causas do adoecimento psicológico entre policiais militares da Polícia Militar do Amazonas, considerando fatores ocupacionais, institucionais, geográficos e psicossociais. A segunda examina os impactos desse adoecimento na atuação profissional, na dinâmica institucional e na qualidade da segurança pública. A terceira discute estratégias de intervenção e prevenção, fundamentadas em evidências científicas, voltadas à promoção da saúde mental, ao fortalecimento do apoio psicossocial e à melhoria das práticas de gestão de pessoas no âmbito da Polícia Militar do Amazonas.

6

RESULTADOS

2. AS PRINCIPAIS CAUSAS DO ADOECIMENTO PSICOLÓGICO ENTRE POLICIAIS MILITARES DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS

O adoecimento mental nas forças de segurança pública brasileira tem-se transformado em uma "epidemia silenciosa", fenômeno que desperta um alerta no contexto da Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Esta problemática assume contornos dramáticos devido à complexa interseção entre a periculosidade inerente ao múnus público e as particularidades logísticas e ambientais da região amazônica (Dos Santos, De Aguiar, 2025).

Sob a perspectiva da Saúde Ocupacional e da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho, o

sofrimento psíquico do policial não deve ser reduzido a uma falha de resiliência individual, mas sim compreendido como o desfecho patológico de um ecossistema laboral hostil e estruturalmente tensionado (SOUSA; BARROSO; RIBEIRO, 2022).

Dentre os fatores ocupacionais, a exposição constante ao risco e ao estresse agudo é descrita na literatura científica como estado de hipervigilância (SOUSA; BARROSO; RIBEIRO, 2022). Conforme asseveram Zappe e Dell’Aglia (2016), o policial militar opera sob um regime de prontidão ininterrupta que compromete a regulação do sistema nervoso central, impedindo o relaxamento psicofisiológico mesmo em períodos de repouso.

Na PMAM, o policiamento ostensivo em zonas de elevada vulnerabilidade social em Manaus, ou o enfrentamento à pirataria e ao narcotráfico transfronteiriço nos rios e no interior, submete o agente a traumas vicários. Este fenômeno, caracterizado pelo estresse derivado de testemunhar o sofrimento alheio e a violência extremada, corrói as defesas psíquicas do servidor.

Seligmann-Silva (2011) argumenta que o "desgaste mental" atinge níveis patogênicos quando a demanda emocional suplanta a capacidade de processamento subjetivo, culminando na Síndrome de Burnout, hoje devidamente tipificada na CID-II como um fenômeno ocupacional.

Os vetores institucionais representam uma das faces mais severas do adoecimento. A estrutura militarista da PMAM, ancorada nos pilares pétreos da hierarquia e disciplina, frequentemente estabelece ambientes onde a divergência ou a exposição de vulnerabilidades são equivocadamente interpretadas como insubordinação ou desvio de conduta (CAMPOS, 2013).

Minayo e Souza (2003) destacam que a "cultura do herói" impõe um arquétipo de invulnerabilidade que obstaculiza o acesso a cuidados precoces. O temor de ser rotulado como "incapaz" por juntas médicas ou de sofrer sanções veladas na escala de serviço induz o militar à ocultação de sintomas depressivos e ansiosos. Esta dinâmica é agravada pela precariedade infraestrutural, onde o déficit de efetivo gera uma sobrecarga que Dejours (1992) define como o sofrimento oriundo da clivagem entre o "trabalho prescrito" (normas ideais) e o "trabalho real" (escassez de recursos e excesso de demanda).

A dimensão continental do Amazonas introduz o fator geográfico como um catalisador isolado de transtornos afetivos (DE OLIVEIRA, DOS SANTOS E DE AGUIAR, 2025). O deslocamento fluvial, que em municípios como Envira ou Ipixuna pode estender-se por dias, impõe um isolamento que exacerba o sentimento de desamparo.

O policial lotado em destacamentos remotos enfrenta o afastamento prolongado do núcleo familiar, a ausência de uma rede de suporte em saúde mental e a exposição a climas e territórios hostis. Este isolamento geográfico funciona como um amplificador da angústia, onde a solidão funcional se mistura à precariedade do Estado na "fronteira" (DOS SANTOS SILVA; DE AGUIAR, 2025).

Por fim, os fatores psicossociais e o estigma institucional configuram barreiras quase intransponíveis. GOFFMAN (1987), ao analisar "instituições totais", explica como a identidade do indivíduo é absorvida e moldada pela instituição. Para o policial militar, o ato de ser "baixado" para tratamento psiquiátrico implica, muitas vezes, na perda do porte de arma e de outros incentivos, além de acarretar o estigma de "encostado" perante o grupo de pares.

Este cenário de desvalorização e isolamento é corroborado pelos dados alarmantes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024/2025), que demonstram que o suicídio policial apresenta índices superiores às mortes em confronto direto. A percepção de desamparo social, em que o agente se sente hostilizado pela população e desprotegido pela própria instituição, gera o que Émile Durkheim define como anomia social, um estado de desagregação de valores que fragiliza a saúde mental e a própria missão constitucional da Polícia Militar do Amazonas.

3. IMPACTOS DESSE ADOECIMENTO NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL, NA DINÂMICA INSTITUCIONAL E NA QUALIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA

O adoecimento psicológico do policial militar transcende os limites do diagnóstico clínico individual, configurando-se como um fenômeno de natureza expansiva e sistêmica (SANTOS, 2023). Quando o comprometimento da saúde mental atinge o efetivo, desencadeia-se uma reação em cadeia que degrada a operacionalidade da tropa, compromete a higidez da gestão institucional e, em última análise, fragiliza a proteção estatal oferecida ao cidadão amazonense.

Um dos impactos mais severos reside na alteração do processo decisório em cenários de crise. Um policial militar com a saúde mental deteriorada apresenta uma tendência cognitiva a interpretar situações ambíguas como ameaças letais iminentes. Conforme, Minayo, Souza e Constantino (2008) corrobora que o "sofrimento psíquico" atua como um determinante direto para abordagens violentas e o uso desproporcional da força.

No contexto específico do Amazonas, onde o policiamento é exercido em zonas de fronteira amazônica, calhas e rios isolados ou áreas de conflito urbano de alta intensidade em Manaus, a redução do limiar de tolerância ao estresse aumenta o risco de erros de julgamento.

Tais falhas não apenas resultam em tragédias irreparáveis e violações de direitos humanos, mas também geram um passivo jurídico e ético que deslegitima a função policial perante a sociedade (DA SILVA RODRIGUES, 2025).

Sob a ótica da saúde ocupacional, o impacto imediato manifesta-se no aumento das licenças médicas (absenteísmo). Todavia, o fenômeno do "presenteísmo" revela-se ainda mais insidioso, pois o policial permanece fisicamente no posto, mas sua capacidade cognitiva e emocional está severamente incapacitada. Codo (2002) descreve esse profissional "vazio" como alguém que perdeu a empatia e o engajamento, tornando-se ora negligente por apatia, ora excessivamente reativo por esgotamento.

Esta dinâmica afeta a estrutura organizacional da PMAM. Quando um policial se afasta, a carga de trabalho não é extinta, mas redistribuída entre os remanescentes. Cria-se, assim, um ciclo vicioso, em que o déficit de efetivo no interior do estado, nas Companhias Interativas Comunitária (CICOM) ou nos Comandos de Policiamentos de Área (CPA) gera escalas mais apertadas e supressão de folgas, precipitando o adoecimento daqueles que ainda se mantinham saudáveis (COSTA; DE FREITAS, 2025).

Dejours (1992) define isso como o colapso das "estratégias de defesa" sob pressão sistêmica, onde o coletivo já não consegue mais neutralizar o sofrimento gerado pela organização do trabalho.

9

O adoecimento gera o que Durkheim classifica como anomia social, ou seja, um estado de desorientação onde a desmotivação crônica e o sentimento de abandono estatal levam ao descrédito nas ordens superiores (DIAS, 2018).

A disciplina e a hierarquia, pilares fundamentais da PMAM, tornam-se frágeis quando o policial percebe sua subjetividade ignorada, sentindo-se uma peça de engrenagem substituível (DE SOUSA, POLARI, 2025).

Além do desgaste humano, há um impacto financeiro direto. O custo elevado com reformas precoces por invalidez psicológica e o tratamento de doenças psicossomáticas oneram o erário estadual, desviando recursos que poderiam ser aplicados em estrutura, modernização tecnológica, inteligência e treinamento continuado (DA COSTA TIRELLO, 2024).

Por fim, os reflexos do adoecimento alcançam a qualidade da segurança pública e o tecido social. Um policiamento exercido por indivíduos exaustos distancia-se do modelo de "Polícia Comunitária" (JÚNIOR, TAVARES, DA SILVA CURSINO, 2025).

Como discute o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a percepção social de

insegurança é alimentada tanto pela truculência quanto pela inoperância derivada da desmotivação. Policiais doentes tendem a evitar o enfrentamento proativo, limitando-se ao cumprimento burocrático de horários para evitar novos estressores.

O trauma do trabalho, contudo, não se encerra ao final do turno. Ele contamina a esfera privada, manifestando-se em elevados índices de alcoolismo e violência doméstica nas famílias dos militares e muitas vezes endividamento financeiro (SOUZA; MINAYO, 2005).

O sofrimento psíquico, portanto, atua como um poluente social que degrada a saúde do policial, a estabilidade de sua família e a confiança da sociedade amazonense na instituição que jurou protegê-la (SCATOLIN; CECARECHI, 2017).

DISCUSSÃO

4. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO E PREVENÇÃO

A crescente preocupação com a integridade psíquica dos profissionais de segurança pública tem estimulado a proposição de estratégias de intervenção fundamentadas em evidências científicas. Tais ações buscam transcender a mera mitigação de sintomas psicopatológicos, focando na promoção de bem-estar continuado e no fortalecimento das redes de apoio institucional (Couto, 2012).

No Amazonas, a eficácia dessas estratégias depende da compreensão de que o sofrimento psíquico não decorre exclusivamente de eventos traumáticos isolados, mas de uma estrutura que frequentemente negligencia as dimensões biopsicossociais do servidor.

O Centro de Psicologia (CPSI), instituído como órgão de apoio especializado em saúde mental, integra a estrutura da Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), em conformidade com a Lei nº 3.514/2010 (AMAZONAS, 2010), que regulamenta a organização básica da corporação (POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, s.d.).

Sua criação reflete a necessidade institucional de reconhecer o impacto dos fatores ocupacionais sobre o bem-estar psicológico dos policiais militares, especialmente diante da exposição contínua a situações de risco, estresse agudo e demandas sociais complexas. Nesse sentido, o CPSI não apenas cumpre uma função normativa prevista em lei, mas também se insere em um movimento mais amplo de valorização da saúde ocupacional e da psicologia aplicada ao trabalho policial, aproximando a corporação das recomendações contemporâneas da literatura científica sobre saúde mental em forças de segurança.

O Centro de Psicologia (CPSI), em articulação com o Hospital da Polícia Militar (HPM), o Centro Odontológico (COdont), o Centro de Fisioterapia e Reabilitação (CFiR) e o Centro de Veterinária (CVet), compõe a rede de unidades de apoio vinculadas à Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM). Sua finalidade é assegurar a execução das atividades relacionadas à saúde integral dos integrantes da corporação, abrangendo tanto aspectos físicos quanto psicológicos, em consonância com a Lei nº 3.514/2010, que dispõe sobre a organização básica da instituição (POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, s.d.).

Atualmente, a PMAM conta com oito Oficiais de Saúde Psicólogos, cuja atuação é direcionada para a prevenção, manutenção e promoção do bem-estar psicológico dos policiais militares da ativa, da reserva e de seus dependentes (POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, s.d.). Essa estrutura reflete uma tendência observada em diversas forças policiais brasileiras e internacionais, que reconhecem a importância da saúde mental como fator determinante para a eficácia operacional e para a preservação da qualidade de vida dos agentes (CALAZANS, 2010).

Os serviços ofertados pelo CPSI são diversificados e incluem: atendimento psicológico individual e em grupo, avaliações psicológicas voltadas para diferentes finalidades (porte de armas, processos seletivos e concursos públicos, perícias judiciais e administrativas), além de atividades psicoeducativas voltadas para a promoção da saúde mental e prevenção de transtornos relacionados ao estresse ocupacional (POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, s.d.).

11

Tal pluralidade de serviços reiteraram a necessidade de estratégias multidisciplinares para o enfrentamento dos estressores ocupacionais. A adoção de um modelo multifatorial permite uma compreensão mais acurada da interdependência entre as demandas operacionais da segurança pública e a vulnerabilidade emocional do agente, alinhando a prática institucional às evidências científicas de promoção à saúde. (SOUSA; BARROSO; RIBEIRO, 2022).

No que se refere ao atendimento clínico, as consultas psicológicas são realizadas tanto na modalidade presencial quanto on-line, ampliando o acesso e garantindo maior flexibilidade aos usuários (POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, s.d.).

Essa prática acompanha a expansão da telepsicologia, reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia e pela Organização Mundial da Saúde como uma ferramenta eficaz para ampliar a cobertura de serviços de saúde mental, especialmente em contextos de alta demanda e restrições logísticas (GOMES JÚNIOR, 2023).

Uma outra estratégia trata-se da educação financeira que pode ser fornecida ao policial militar. A implementação de programas de educação financeira voltados para policiais militares tem sido objeto de pesquisas em diferentes estados brasileiros. Um estudo realizado em Santa Catarina identificou que grande parte dos policiais militares possuía empréstimos consignados em folha, revelando vulnerabilidade financeira significativa. Os autores destacam que a capacitação financeira pode reduzir o endividamento e melhorar a qualidade de vida dos agentes, fortalecendo sua capacidade de tomada de decisão em situações críticas (GOMES, 2022).

Na Polícia Militar do Paraná, a educação financeira foi analisada como um investimento de baixo custo e alto impacto. O estudo concluiu que a capacitação em gestão financeira, especialmente por meio de cursos em modalidade EAD, contribui para maior estabilidade emocional e profissional dos policiais. Essa iniciativa demonstra que o fortalecimento da saúde financeira dos agentes repercute diretamente na eficiência institucional, já que reduz fatores de estresse que podem comprometer a atuação operacional (DE ALMEIDA, 2025).

Outro trabalho, realizado com policiais militares do Maranhão, evidenciou a relação entre endividamento pessoal e fragilidade psicológica. A pesquisa aponta que a ausência de educação financeira sistemática contribui para a perpetuação de ciclos de inadimplência, afetando não apenas o bem-estar individual, mas também a missão constitucional da corporação. Nesse sentido, a educação financeira deve ser entendida como uma política de saúde ocupacional, capaz de mitigar riscos psicossociais e fortalecer a resiliência institucional (MAIA, 2020).

Ademais, a implementação de programas institucionais de gestão de recursos, conforme sugerido por De Oliveira, fornece ferramentas práticas para a organização das finanças pessoais. Oficinas de planejamento, gestão de juros e incentivo à reserva de emergência mitigam a "angústia doméstica". Quando o militar alcança estabilidade material, sua capacidade de resiliência psicológica frente aos perigos operacionais aumenta, uma vez que seu núcleo familiar se torna um porto seguro, e não uma fonte adicional de conflito e privação (DE OLIVEIRA E CRUZ 2025).

A promoção da saúde mental e da educação financeira entre policiais militares mostra que o bem-estar desses profissionais depende das condições institucionais e sociais em que atuam. A integração de serviços especializados, como o Centro de Psicologia da PMAM, junto a políticas de capacitação financeira, é essencial para reduzir riscos psicossociais e fortalecer a

resiliência. Dessa forma, práticas que unam saúde ocupacional, apoio psicológico e gestão financeira contribuem tanto para a qualidade de vida dos agentes quanto para a eficácia da missão constitucional da corporação (SOUSA; BARROSO, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que o adoecimento psicológico entre policiais militares da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) constitui um fenômeno multifatorial, enraizado tanto nas exigências intrínsecas da atividade policial quanto nas condições institucionais e socioestruturais específicas do contexto amazônico.

O trabalho demonstrou que fatores ocupacionais, como a exposição contínua à violência, o enfrentamento de situações críticas sob pressão e o desgaste emocional decorrente da hipervigilância, somam-se a elementos organizacionais, como a rigidez hierárquica e o estigma institucional, para compor um cenário de vulnerabilidade psíquica que compromete não apenas o indivíduo, mas também a coesão e a eficiência da corporação.

A pesquisa também destacou que o sofrimento psíquico dos policiais não pode ser compreendido como uma falha individual de resiliência, mas como resultado de um ecossistema laboral hostil e estruturalmente tensionado. Nesse sentido, a perspectiva da saúde ocupacional e da psicologia do trabalho fornece um arcabouço teórico robusto para compreender como o adoecimento mental emerge da interação entre demandas emocionais elevadas, precariedade de recursos e ausência de políticas institucionais eficazes de cuidado.

O estudo sobre saúde mental em forças de segurança pública reforça que o impacto desse adoecimento transcende o diagnóstico clínico, afetando diretamente a operacionalidade da tropa, a legitimidade institucional e a qualidade da segurança pública oferecida à sociedade.

No contexto amazônico, as especificidades geográficas e logísticas intensificam ainda mais esse quadro. O isolamento territorial, os longos deslocamentos fluviais e a precariedade da infraestrutura em municípios distantes ampliam o estresse ocupacional e reduzem as possibilidades de intervenção rápida em situações de crise.

Esse cenário gera um sentimento de desamparo e fragiliza as redes de apoio social e institucional, configurando o que Durkheim denominou de anomia social, estado em que a desagregação de valores compromete tanto a saúde mental dos agentes quanto a missão constitucional da corporação.

Outro aspecto relevante identificado foi a vulnerabilidade socioeconômica dos policiais militares, marcada pela instabilidade financeira e pelo endividamento decorrente de empréstimos consignados. Essa condição funciona como gatilho psicossocial contínuo, alimentando quadros de ansiedade e contribuindo para o esgotamento psíquico.

A literatura recente aponta que a ausência de educação financeira sistemática perpetua ciclos de inadimplência e fragilidade emocional, afetando diretamente a qualidade de vida e a capacidade de resposta operacional dos agentes. Nesse sentido, a educação financeira deve ser entendida como uma política de saúde ocupacional, capaz de mitigar riscos psicossociais e fortalecer a resiliência institucional.

As estratégias de intervenção e prevenção analisadas, como a atuação do Centro de Psicologia (CPSI) e a oferta de serviços diversificados de apoio psicológico, revelam-se fundamentais para a promoção da saúde mental dos policiais militares.

A integração de serviços especializados, associada à expansão da telepsicologia e à implementação de programas de capacitação financeira, demonstra que o enfrentamento do adoecimento psicológico exige abordagens multidimensionais e sustentadas em evidências científicas. Tais práticas não apenas reduzem os fatores de risco psicossociais, mas também fortalecem a resiliência individual e coletiva, contribuindo para a eficácia da missão constitucional da PMAM e para a preservação da confiança social na instituição.

14

Em síntese, o estudo conclui que o adoecimento psicológico dos policiais militares do Amazonas é um problema de raízes profundas, que demanda políticas públicas e estratégias institucionais capazes de considerar as particularidades regionais e a complexidade da atividade policial. A promoção da saúde mental, o fortalecimento do apoio institucional e a valorização da educação financeira constituem pilares essenciais para a construção de uma corporação mais saudável, eficiente e legitimada perante a sociedade.

A relevância científica e social do tema reside, portanto, na necessidade de reconhecer que a verdadeira força da segurança pública não está apenas na disciplina e na hierarquia, mas no equilíbrio emocional e na dignidade humana de cada agente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Danilo Santana. Análise da viabilidade e relevância da inserção da disciplina de educação financeira nos cursos de formação da Polícia Militar do Estado do Paraná. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 7, p. 51012-51024, 2022. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+para+o+pol%C3%ADcial+militar

r&btnG= . Acesso em: 27 jan. 2026.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LtLKZDxS6DXKRNxbj8cyT5D/?lang=pt> . Acesso em: 31 jan. 2026.

CAMPOS, Alexandre Flecha. Qualificação das polícias militares no Brasil: entre uma polícia essencialmente militar e uma polícia militar como modelo de instituição de segurança pública democrática para os dias atuais. *Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública*, v. 5, n. 2, 2013. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=estrutura+militar+da+pol%C3%ADcia&btnG= . Acesso em: 27 jan. 2026.

CECARECHI, Gabriela; SCATOLIN, Henrique Guilherme. A linha tênue entre combater a violência e o sofrimento psíquico: o ambiente laboral da Polícia Militar e a saúde mental. *Revista Espacios*, v. 38, n. 8, 2017. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=sofrimento+ps%C3%ADquica+do+policia+militar&btnG= . Acesso em: 31 jan. 2026.

COSTA, Alceu Abilio; DE FREITAS, Luiz Rogério. Impactos psicológicos decorrentes da segurança pública: do adoecimento do policial militar à família do profissional. *Brazilian Journal of Development*, v. 11, n. 1, p. e77125-e77125, 2025. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=adoecimento+psicologico+do+pol%C3%ADcial+militar&btnG=

15

COUTO, Gleiber et al. Saúde mental do policial militar: relações interpessoais e estresse no exercício profissional. *Psicologia Argumento*, v. 30, n. 68, 2012. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=sa%C3%BAde+mental+do+pol%C3%ADcial+militar&btnG= Acesso em: 27 jan. 2026.

DA SILVA RODRIGUES, Yracles; LEITE, Michael Sousa; CARMO, Jorge Magalhães. Diretrizes para distribuição e fixação do efetivo da Polícia Militar no interior do Estado do Amazonas. *RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, v. 1, n. 2, 2025. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=limita%C3%A7%C3%A3o+do+policia+militar+no+interior+do+amazonas&btnG= . Acesso em: 31 jan. 2026.

DA SILVA, Francisca Sousa Vale Ferreira et al. Promoção da saúde do policial militar: avanços, desafios e tendências em saúde mental. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 18, n. 1, p. 194-213, 2024. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=promo%C3%A7%C3%A3o+de+sa%C3%BAde+mental+policia+militar&btnG= . Acesso em: 27 jan. 2026.

DE ALMEIDA, Vitor Renan. Capacitação financeira na Polícia Militar do Paraná: um investimento de baixo custo e alto impacto. *RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar*, v. 6, n. 6, e666521, 2025. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/6521> . Acesso em: 31 jan. 2026.

DE AZEVEDO, Bruno Brissow; DOS SANTOS DANTAS, Daniela; DE AGUIAR, Denison Melo. A educação financeira como fator de melhoria na qualidade de vida dos policiais militares do Amazonas. *Interference: A Journal of Audio Culture*, v. 11, n. 2, p. 9792-9811, 2025. Disponível em: <https://scholar.google.com> . Acesso em: 23/01/2026.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992. Disponível em: <https://taymarillack.wordpress.com> . Acesso em: 25 jan. 2026.

DIAS, Gleisson. Teoria da Anomia de Durkheim. JusBrasil, 16 maio 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/teoria-da-anomia-de-durkheim/578630996> . Acesso em: 31 jan. 2026.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 18. ed.; 19. ed. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br> . Acesso em: 25 jan. 2026.

GOMES JÚNIOR, D. A. M. A invenção de um setting on-line para atendimento psicológico remoto. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, e255712, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/q9npZwWJtWcjtSrSFhvbWgf/> . Acesso em: 31 jan. 2026.

GOMES, Liliane Vicentina. Educação financeira e sua relação com o policial militar de Santa Catarina. *Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar*, n. 4, p. 20-45, 2022. Disponível em: <https://revistacientifica.pmerj.rj.gov.br/index.php/espm/article/view/57> . Acesso em: 31 jan. 2026.

JUNIOR, Edinaldo Inocêncio Ferreira et al. A máquina de produzir silêncio: estresse, estigma e adoecimento psíquico na Polícia Militar do Amazonas. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, v. 4, n. 9, 2025. Disponível em: <https://scholar.google.com> . Acesso em: 31 jan. 2026.

LIMA, Tamires Feitosa. Formação em saúde para policiais iniciantes. 2025. Disponível em: <https://scholar.google.com> . Acesso em: 23 jan. 2026.

MACEDO, Leonila Maria Gomes da Costa. Estresse ocupacional em policiais militares: uma revisão integrativa. 2016. TCC (Bacharelado em Enfermagem) – UFCG, 2016. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br> . Acesso em: 29 jan. 2026.

MAIA, Lucas Jhonata Ribeiro. Educação financeira e endividamento pessoal. 2020. TCC – UEMA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uema.br> . Acesso em: 31 jan. 2026.

MARTINS, C. M.; BARBOSA, A. J. O adoecimento mental de policiais militares. *Revista Gralha Azul*, v. 3, n. 8, 2022. Disponível em: <https://revista.tjpr.jus.br> . Acesso em: 29 jan. 2026.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. Missão prevenir e proteger. Disponível em: <https://static.scielo.org> . Acesso em: 25 jan. 2026.

SANTOS, Stéphanhy Soares; SATURNINO, Alanna Simão Gomes. O adoecimento psíquico nos policiais militares. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 23, n. 4, 2023. Disponível em: <https://scholar.google.com> . Acesso em: 27/01/2026.

SELIGMANN-SILVA, E. Trabalho e desgaste mental. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br> . Acesso em: 25/01/2026.

SOUSA, Raphaela Campos de; BARROSO, Sabrina Martins. Fatores associados ao adoecimento emocional de policiais militares. *Avaliação Psicológica*, v. 22, n. 3, 2023. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org> . Acesso em: 31 jan. 2026.

SOUSA, Raphaela Campos de; BARROSO, Sabrina Martins; RIBEIRO, Ariadne Christie Silva. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*, v. 31, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br> . Acesso em: 31 jan. 2026.